

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.368 - RS (2019/0201017-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : BARCELLONA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA**  
**ADVOGADOS : ITAMAR ANTÔNIO MORETTI BASSO - RS031921**  
**ÁLVARO BERNARDI PES - RS061243**  
**WILLIAM LONGHI - RS100613**  
**AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A**  
**ADVOGADOS : JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA - SC011985**  
**JULIANO RICARDO SCHMITT - RS099963A**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA SOBRE IMÓVEL SEDE DA EMPRESA EXECUTADA. INTEMPESTIVIDADE AFASTADA. POSSIBILIDADE DE POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE FERIADO. SEGUNDA-FEIRA DE CARNAVAL. RESP. 1.813.684/SP. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interno interposto por BARCELLONA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. contra a decisão de fls. 232-236 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, a qual negou seguimento ao recurso especial em razão de sua intempestividade.

O recurso especial foi interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 166):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. POSSIBILIDADE DE PENHORA SOBRE IMÓVEL SEDE DA EMPRESA EXECUTADA. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA POR BEM DE BAIXA LIQUIDEZ. IMPOSSIBILIDADE. Realizada penhora sobre maquinários no valor da execução, bem como de três imóveis que compõem a sede da empresa, foi impugnado o ato jurisdicional com argumento de que a manutenção da penhora sobre o maquinário deve persistir, liberando-se a constrição realizada sobre os imóveis sede da empresa, indispensáveis ao seu funcionamento, em respeito ao princípio da menor onerosidade do devedor,

argumento que não subsiste diante da aplicação deste mesmo raciocínio quanto ao maquinário penhorado, já que também impossibilitaria a continuidade da atividade industrial. Os imóveis penhorados não representam a totalidade da sede da empresa e a baixa liquidez do maquinário específico da atividade industrial, com a dificuldade de venda desses bens justifica a manutenção da penhora sobre os imóveis. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO.

Nas razões do recurso especial (fls. 179-188, e-STJ), a recorrente alegou que o acórdão estadual incorreu em violação do art. 805 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, em suma: (i) a impossibilidade de recair penhora sobre bens imóveis que compõem a sede da empresa, pois impenhoráveis, haja vista que a totalidade e suas atividades são desenvolvidas nos referidos imóveis; e (ii) que a penhora sobre o maquinário da empresa satisfaz integralmente o débito, devendo ser observado o princípio da menor onerosidade do devedor.

Em juízo de admissibilidade, a Corte de origem negou o processamento do recurso em razão de sua intempestividade.

Irresignada (fls. 246-260, e-STJ), aduz a agravante que o reclamo merecia trânsito, refutando o retrocitado óbice de admissibilidade, ao tempo que apresenta documentação idônea comprovando os feriados locais a afastar a intempestividade do reclamo.

Contraminuta às fls. 276-280 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, verifica-se que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No que se refere à tempestividade dos recursos interpostos após a publicação do Código de Processo Civil de 2015, a Corte Especial, no julgamento do

AREsp n. 957.821, em 20/11/2017, havia concluído pela impossibilidade de comprovação da tempestividade após a interposição do recurso, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO. ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. 1. O propósito recursal é dizer, à luz do CPC/15, sobre a possibilidade de a parte comprovar, em agravo interno, a ocorrência de feriado local, que ensejou a prorrogação do prazo processual para a interposição do agravo em recurso especial. 2. O art. 1.003, § 6º, do CPC/15, diferentemente do CPC/73, é expresso no sentido de que “o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso”. 3. Conquanto se reconheça que o novo Código prioriza a decisão de mérito, autorizando, inclusive, o STF e o STJ a desconsiderarem vício formal, o § 3º do seu art. 1.029 impõe, para tanto, que se trate de “recurso tempestivo”. 4. A intempestividade é tida pelo Código atual como vício grave e, portanto, insanável. Daí porque não se aplica à espécie o disposto no parágrafo único do art. 932 do CPC/15, reservado às hipóteses de vícios sanáveis. 5. Seja em função de previsão expressa do atual Código de Processo Civil, seja em atenção à nova orientação do STF, a jurisprudência construída pelo STJ à luz do CPC/73 não subsiste ao CPC/15: ou se comprova o feriado local no ato da interposição do respectivo recurso, ou se considera intempestivo o recurso, operando-se, em consequência, a coisa julgada. 6. Agravo interno desprovido.

Recentemente, a mesma Corte especial modulou os efeitos desse entendimento, decidindo que a regra da impossibilidade de comprovação da tempestividade posteriormente à interposição do recurso não deveria ser aplicada no caso em que se trate de feriado de carnaval.

Tal entendimento foi fixado no REsp n. 1.813.684/SP, e posteriormente, ratificado no julgamento da Questão de Ordem no mesmo recurso, para recursos interpostos até a data da publicação do acórdão (18/11/2019).

Dessa forma, considerando que a decisão de admissibilidade foi publicada em maio/2019 e o agravo em recurso especial, manejado em 5/6/2019, comprovou a tempestividade do recurso especial por meio de documento idôneo, decorrente do feriado da segunda feira de carnaval, afasta-se a intempestividade do recurso especial e passa-se à sua análise.

Na hipótese ora em análise, o Tribunal de origem, ao dirimir a

controvérsia, manifestou-se nos seguintes termos (fl. 169, sem grifos no original):

De início, cabe pontuar que **é possível que se realize a penhora sobre imóvel que é sede de empresa, embora seja situação excepcional.**

Ora, da simples análise do principal argumento trazido – de que a penhora sobre os imóveis da empresa inviabiliza o prosseguimento da atividade empresarial –, percebe-se que **não subsiste lógica quando aplicado o mesmo raciocínio ao maquinário penhorado, que também impossibilitaria a continuidade da atividade industrial.**

Inclusive, como bem colocado nas contrarrazões recursais, os imóveis sobre os quais recaem a constrição sequer representam a totalidade da sede da empresa – e, mesmo que o fossem, isso não faz com que esses imóveis fiquem cobertos pelo manto da impenhorabilidade.

**A baixa liquidez do maquinário específico da atividade industrial e a dificuldade na venda desses bens justifica a manutenção da penhora sobre os imóveis.**

Dessa forma, a revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não se admite no âmbito do recurso especial, dado o óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENHORA. SEDE DE IMÓVEL DA EMPRESA. DESPROPORCIONALIDADE. ONEROSIDADE. NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE GARANTIA SUBSTITUTIVA E SUFICIENTE A ADIMPLIR O DÉBITO EXEQUENDO. SÚMULA N. 7 DO STJ. 1. Afastar as conclusões do Tribunal de origem acerca da ausência de desproporcionalidade e onerosidade da constrição judicial sobre o imóvel sede da empresa demandaria o necessário reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n. 7/STJ. 2. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 144.600/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 27/11/2015)

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator